

CLIPPING IMPRESSO

06/04/2021



ÍNDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. COMARCAS.....	1 - 3
1.2. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	4 - 6
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. CORREGEDOR (A).....	7
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. JUÍZES.....	8
3.2. SERVIDOR PÚBLICO.....	9
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. CORREGEDOR (A).....	10
4.2. DESEMBARGADOR.....	11
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CORREGEDOR (A).....	12

ESTADO
MAIOR

Concluída a implantação do
Processo Judicial Eletrônico em
100% no Poder Judiciário do
Maranhão. **POLÍTICA 3**



Concluída a implantação do
Processo Judicial Eletrônico em
100% no Poder Judiciário do
Maranhão. **POLÍTICA 3**

ESTADO MAIOR

100% digital

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, anunciou, na segunda-feira, 5, que foi concluída a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em 100% no Poder Judiciário do Maranhão.

- O Tribunal de Justiça do Maranhão entra para o seletº grupo de tribunais brasileiros que possuem o processo eletrônico judicial em todas as varas, juizados, gabinetes e demais órgãos julgadores. É uma grande conquista para a prestação jurisdicional e um avanço importante para o Judiciário maranhense -, ressalta o presidente Lourival Serejo.

A última etapa foi concluída na segunda-feira, 5, com o início do funcionamento do PJe Criminal nas unidades da comarca da Ilha de São Luís. Durante as próximas semanas, será cumprida a etapa de monitorando e ajustes que forem necessários para a garantia do funcionamento estável do sistema.

No âmbito da Justiça de 2º grau, desde setembro de 2020, o presidente do TJMA, por meio da Portaria GP-6672020, determinou que os recursos de natureza criminal interpostos de decisões ou sentenças relacionadas aos processos criminais das Câmaras Criminais Isoladas, Criminais Reunidas e no Pleno tramitassem exclusivamente no PJe.

No Primeiro Grau, o PJe está implantado em todas as 107 comarcas do Maranhão, tanto na área Cível quanto na área Criminal, permitindo que as ações tramitem de forma 100% eletrônica em todo o estado.

**TJMA agora tem
processo judicial
eletrônico em
todas as varas
e juizados**

ESTADO MAIOR

100% digital

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, anunciou, na segunda-feira, 5, que foi concluída a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em 100% no Poder Judiciário do Maranhão.

- O Tribunal de Justiça do Maranhão entra para o seletº grupo de tribunais brasileiros que possuem o processo eletrônico judicial em todas as varas, juizados, gabinetes e demais órgãos julgadores. É uma grande conquista para a prestação jurisdicional e um avanço importante para o Judiciário maranhense -, ressalta o presidente Lourival Serejo.

A última etapa foi concluída na segunda-feira, 5, com o início do funcionamento do PJe Criminal nas unidades da comarca da Ilha de São Luís. Durante as próximas semanas, será cumprida a etapa de monitorando e ajustes que forem necessários para a garantia do funcionamento estável do sistema.

No âmbito da Justiça de 2º grau, desde setembro de 2020, o presidente do TJMA, por meio da Portaria GP-6672020, determinou que os recursos de natureza criminal interpostos de decisões ou sentenças relacionadas aos processos criminais das Câmaras Criminais Isoladas, Criminais Reunidas e no Pleno tramitassem exclusivamente no PJe.

No Primeiro Grau, o PJe está implantado em todas as 107 comarcas do Maranhão, tanto na área Cível quanto na área Criminal, permitindo que as ações tramitem de forma 100% eletrônica em todo o estado.

**TJMA agora tem
processo judicial
eletrônico em
todas as varas
e juizados**

Lourival Serejo anuncia que o TJMA atingiu 100% na implantação do PJE

Com a implantação da tecnologia, todas as unidades da Justiça de 1º e 2º graus adotaram o processo eletrônico, tanto na área Cível quanto na Criminal

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, anunciou ontem que foi concluída a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em 100% no Poder Judiciário do Maranhão.

"O Tribunal de Justiça do Maranhão entra para o seletivo grupo de tribunais brasileiros que possuem o processo eletrônico judicial em todas as varas, juizados, gabinetes e demais órgãos julgadores. É uma grande conquista para a prestação jurisdicional e um avanço importante para o Judiciário maranhense", ressalta o presidente Lourival Serejo.

A última etapa foi concluída nesta segunda-feira, 5, com o início do funcionamento do PJE Criminal nas unidades da comarca da Ilha de São Luís. Durante as próximas semanas, será cumprida a etapa de monitorando e ajustes que forem necessários para a garantia do funcionamento estável do sistema.

Processos criminais

No âmbito da Justiça de 2º grau, desde setembro de 2020, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, por meio da Portaria GP-667/2020, determinou que os recursos de natureza criminal interpostos de



Divulgação

Presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, destacou feito do Poder Judiciário do Maranhão

decisões ou sentenças relacionadas aos processos criminais das Câmaras Criminais Isoladas, Criminais Reunidas e no Pleno tramitassem exclusivamente no PJE.

No Primeiro Grau, o PJE está implantado em todas as 107 comarcas do Maranhão, tanto na área Cível quanto na área Criminal, permitindo que as ações tramitem de forma 100% eletrônica em todo o Estado.

Avanços tecnológicos

O Tribunal de Justiça do Maranhão

disponibilizou, no final do ano passado, o aplicativo Token PJE no sistema de processos eletrônicos, que permite a assinatura de documentos inseridos no Processo Judicial Eletrônico - PJE a partir de celular ou tablet. A aplicação está disponível para Android e iOS e pode ser baixada gratuitamente na App Store ou Google Play. Conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o uso da aplicação é restrito a desembargadores, juízes e servidores do

Poder Judiciário.

Desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça e configurado pelo TJMA para uso no PJE, o Token PJE confere mais agilidade à tramitação de processos eletrônicos, permitindo que atos judiciais possam ser elaborados e assinados remotamente através de dispositivos móveis.

O TJMA disponibilizou também um manual de utilização da aplicação, disponível na página do PJE (<http://site.tjma.jus.br/pje>). ●

Lourival Serejo anuncia que o TJMA atingiu 100% na implantação do PJE

Com a implantação da tecnologia, todas as unidades da Justiça de 1º e 2º graus adotaram o processo eletrônico, tanto na área Cível quanto na Criminal

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, anunciou ontem que foi concluída a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em 100% no Poder Judiciário do Maranhão.

"O Tribunal de Justiça do Maranhão entra para o seletivo grupo de tribunais brasileiros que possuem o processo eletrônico judicial em todas as varas, juizados, gabinetes e demais órgãos julgadores. É uma grande conquista para a prestação jurisdicional e um avanço importante para o Judiciário maranhense", ressalta o presidente Lourival Serejo.

A última etapa foi concluída nesta segunda-feira, 5, com o início do funcionamento do PJE Criminal nas unidades da comarca da Ilha de São Luís. Durante as próximas semanas, será cumprida a etapa de monitorando e ajustes que forem necessários para a garantia do funcionamento estável do sistema.

Processos criminais

No âmbito da Justiça de 2º grau, desde setembro de 2020, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, por meio da Portaria GP-667/2020, determinou que os recursos de natureza criminal interpostos de



Divulgação

Presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, destacou feito do Poder Judiciário do Maranhão

decisões ou sentenças relacionadas aos processos criminais das Câmaras Criminais Isoladas, Criminais Reunidas e no Pleno tramitassem exclusivamente no PJE.

No Primeiro Grau, o PJE está implantado em todas as 107 comarcas do Maranhão, tanto na área Cível quanto na área Criminal, permitindo que as ações tramitem de forma 100% eletrônica em todo o Estado.

Avanços tecnológicos

O Tribunal de Justiça do Maranhão

disponibilizou, no final do ano passado, o aplicativo Token PJE no sistema de processos eletrônicos, que permite a assinatura de documentos inseridos no Processo Judicial Eletrônico - PJE a partir de celular ou tablet. A aplicação está disponível para Android e iOS e pode ser baixada gratuitamente na App Store ou Google Play. Conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o uso da aplicação é restrito a desembargadores, juízes e servidores do

Poder Judiciário.

Desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça e configurado pelo TJMA para uso no PJE, o Token PJE confere mais agilidade à tramitação de processos eletrônicos, permitindo que atos judiciais possam ser elaborados e assinados remotamente através de dispositivos móveis.

O TJMA disponibilizou também um manual de utilização da aplicação, disponível na página do PJE (<http://site.tjma.jus.br/pje>). ●

Última Hora

Maranhão sedia 6ª Reunião do Fórum de Corregedores do Matopiba

Com o tema “Poder Judiciário e Regularização Fundiária Urbana”, o Maranhão promove, em plataforma virtual, a 6ª Reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais da Justiça da Região do Matopiba. Programado para acontecer nas manhãs desta quinta (8) e sexta-feira (9/4) o evento terá a participação de membros dos poderes constituídos, representantes de cartórios e integrantes de entidades da sociedade civil.

O evento terá transmissão pelo canal da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão no YouTube (inscreva-se [AQUI](#)) e constituirá uma oportunidade para que aqueles que não se inscreveram possam acompanhar os debates. A programação conta com palestras e painéis ministrados por expositores renomados na questão fundiária. Autoridades nacionais e estaduais que trabalham na promoção da regularização fundiária também estarão presentes.

A região do Matopiba – que abrange áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – tem se destacado nas últimas décadas como um grande polo de produção agrícola, o que atrai a atenção de grandes investimentos, mas também os problemas decorrentes da ocupação de terra, a exemplo de grilagem, fraudes e invasões. Dessa forma, o Fórum tem a finalidade de contribuir para o fomento dos debates e para a busca de soluções envolvendo a questão fundiária na região.

Os trabalhos da 6ª Reunião do Fórum serão conduzidos pelo presidente do Fórum Fundiário do Matopiba, desembargador Paulo Velten, e a coordenação científica está a cargo da juíza Ticiany Gedeon (CGJ-MA), do juiz corregedor Joselito Rodrigues (CGJ-BA), do juiz Océlio Nobre (CGJ-TO), da juíza Liz Rezende (CGJ-BA); do juiz Raimundo Holland Moura de Queiroz (CGJ-PI); e do coordenador-executivo do Núcleo de Regularização Fundiária da CGJ-PI, Richard Torsiano.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



1

A covid-19 já provocou afastamento de 676 servidores e 25 magistrados (desembargadores e juízes) das atividades na Justiça do estadual no Maranhão, dentre os quais 16 óbitos de magistrados. Dados são da Divisão Médica do TJ-MA.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



1

A covid-19 já provocou afastamento de 676 servidores e 25 magistrados (desembargadores e juízes) das atividades na Justiça do estadual no Maranhão, dentre os quais 16 óbitos de magistrados. Dados são da Divisão Médica do TJ-MA.

Maranhão sedia 6ª Reunião do Fórum de Corregedores do Matopiba

Evento acontece na próxima quinta e sexta-feira

Divulgação



Com o tema “Poder Judiciário e Regularização Fundiária Urbana”, o Maranhão promove, em plataforma virtual, a 6ª Reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais da Justiça da Região do Matopiba. Programado para acontecer nas manhãs desta quinta (8) e sexta-feira (9/4) o evento terá a participação de membros dos poderes constituídos, representantes de cartórios e integrantes de entidades da sociedade civil.

O evento terá transmissão pelo canal da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão no YouTube e constituirá uma oportunidade para que aqueles que não se inscreveram possam acompanhar os debates. A programação conta com palestras e painéis ministrados por expositores renomados na questão fundiária. Autoridades nacionais e estaduais que trabalham na promoção da regu-

larização fundiária também estarão presentes.

A região do Matopiba – que abrange áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – tem se destacado nas últimas décadas como um grande polo de produção agrícola, o que atrai a atenção de grandes investimentos, mas também os problemas decorrentes da ocupação de terra, a exemplo de grilagem, fraudes e invasões. Dessa forma, o Fórum tem a finalidade de contribuir para o fomento dos debates e para a busca de soluções envolvendo a questão fundiária na região.

Os trabalhos da 6ª Reunião do Fórum serão conduzidos pelo presidente do Fórum Fundiário do Matopiba, desembargador Paulo Velten, e a coordenação científica está a cargo da juíza Ticiany Gedeon (CGJ-MA), do juiz corregedor Joselito Rodrigues (CGJ-BA), do juiz Océlio Nobre (CGJ-TO), da juíza Liz Rezende (CGJ-BA); do juiz Raimundo Holland Moura de Queiroz (CGJ-PI); e do coordenador-executivo do Núcleo de Regularização Fundiária da CGJ-PI, Richard Torsiano.

AGENDA 2030 DA ONU

O acesso à terra é um direito assegurado pela Constituição Federal, que estabelece a função social a ser garantida pela propriedade. Mas a discussão acerca do uso do solo transcende fronteiras continentais, o que fez com que a Organização das Nações Unidas (ONU) incluísse a questão dentro dos objetivos globais do milênio.

Conforme a Agenda 2030, adotada pelo Poder Judiciário em todo território nacional, embora os objetivos do milênio estejam interligados, uma vez que buscam a promoção integral em diversos aspectos da vida humana, é possível destacar a questão do acesso à terra elencada na Meta 1.4, do Objetivo 1.

“Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças”. (Ascom-TJ-MA/Fernando Souza)

Maranhão sedia 6ª Reunião do Fórum de Corregedores do Matopiba

Evento acontece na próxima quinta e sexta-feira

Divulgação



Com o tema “Poder Judiciário e Regularização Fundiária Urbana”, o Maranhão promove, em plataforma virtual, a 6ª Reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais da Justiça da Região do Matopiba. Programado para acontecer nas manhãs desta quinta (8) e sexta-feira (9/4) o evento terá a participação de membros dos poderes constituídos, representantes de cartórios e integrantes de entidades da sociedade civil.

O evento terá transmissão pelo canal da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão no YouTube e constituirá uma oportunidade para que aqueles que não se inscreveram possam acompanhar os debates. A programação conta com palestras e painéis ministrados por expositores renomados na questão fundiária. Autoridades nacionais e estaduais que trabalham na promoção da regu-

larização fundiária também estarão presentes.

A região do Matopiba – que abrange áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – tem se destacado nas últimas décadas como um grande polo de produção agrícola, o que atrai a atenção de grandes investimentos, mas também os problemas decorrentes da ocupação de terra, a exemplo de grilagem, fraudes e invasões. Dessa forma, o Fórum tem a finalidade de contribuir para o fomento dos debates e para a busca de soluções envolvendo a questão fundiária na região.

Os trabalhos da 6ª Reunião do Fórum serão conduzidos pelo presidente do Fórum Fundiário do Matopiba, desembargador Paulo Velten, e a coordenação científica está a cargo da juíza Ticiany Gedeon (CGJ-MA), do juiz corregedor Joselito Rodrigues (CGJ-BA), do juiz Océlio Nobre (CGJ-TO), da juíza Liz Rezende (CGJ-BA); do juiz Raimundo Holland Moura de Queiroz (CGJ-PI); e do coordenador-executivo do Núcleo de Regularização Fundiária da CGJ-PI, Richard Torsiano.

AGENDA 2030 DA ONU

O acesso à terra é um direito assegurado pela Constituição Federal, que estabelece a função social a ser garantida pela propriedade. Mas a discussão acerca do uso do solo transcende fronteiras continentais, o que fez com que a Organização das Nações Unidas (ONU) incluísse a questão dentro dos objetivos globais do milênio.

Conforme a Agenda 2030, adotada pelo Poder Judiciário em todo território nacional, embora os objetivos do milênio estejam interligados, uma vez que buscam a promoção integral em diversos aspectos da vida humana, é possível destacar a questão do acesso à terra elencada na Meta 1.4, do Objetivo 1.

“Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças”. (Ascom-TJ-MA/Fernando Souza)



Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>



CONTEXTO

Fórum

Com o tema “Poder Judiciário e Regularização Fundiária Urbana”, o Maranhão promove, em plataforma virtual, a 6ª Reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais da Justiça da Região do Matopiba. Programado para acontecer nas manhãs desta quinta (8) e sexta-feira (9/4) o evento terá a participação de membros dos poderes constituídos, representantes de cartórios e integrantes de entidades da sociedade civil. O evento terá transmissão pelo canal da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão no YouTube